

Abril 2022



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova EM

Parque Industrial da Espinheira, Sala 8
Sazes do Lorvão

NIPC 506963802

Inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Penacova sob o nº 1

ORGÃO SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente – Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra
Administrador – Magda Alexandra Maia Rodrigues
Administrador – Tiago José Barbosa Antunes

Nota: Início de funções a 08 de novembro de 2021

ASSEMBLEIA GERAL

Representante do Município de Penacova – Carlos Manuel Santos Sousa

Nota: Início de funções a 08 de novembro de 2021

FISCAL ÚNICO

Sociedade Revisores Oficiais de Contas

- Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados SROC SA

Nos termos e para os efeitos do art. 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, e no cumprimento dos Estatutos da empresa, submete-se à apreciação o Relatório de Gestão e as Contas respeitantes ao exercício de 2021, da sociedade **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M..**

O presente Relatório apresenta-se em 3 capítulos: 1-Atividade desenvolvida; 2-Análise Económica-Financeira; 3 – Evolução previsível da empresa; 4 – Proposta de aplicação de resultados.

1– ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

A **PENAPARQUE 2, E.M.**, teve em 2021 a responsabilidade pela gestão dos seguintes equipamentos/atividades municipais, os quais constituem áreas de atividade para efeitos do presente relatório:

- Parque Industrial da Espinheira e Cantina da Penaparque;
- Estacionamento Público: Parque de Estacionamento Municipal de Penacova; Zonas de estacionamento público de duração limitada na vila de Penacova;
- Parque de Campismo Municipal de Vila Nova;
- Portela de Oliveira: Museu do Moinho e Cafetaria da Portela de Oliveira
- Posto de Turismo de Penacova
- Bar do Reconquinho
- Café Turismo
- Bar 21
- Restaurante das Piscinas de Penacova
- Restaurante Panorâmico
- Mosteiro de Lorvão (espaços visitáveis)

Cada uma destas atividades, respeitam às seguintes áreas previstas no objeto social da empresa:

- Área de intervenção da gestão e manutenção de espaços industriais e comerciais;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de espaços de estacionamento público;

- Área de intervenção da gestão e manutenção de investimentos turísticos e restauração;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de investimentos em energias renováveis.

Relativamente a cada uma das áreas de atividade, apresentam-se os dados de maior relevância e uma demonstração de resultados comparado dos últimos 5 anos.

1.1-Parque Industrial da Espinheira e Cantina Penaparque

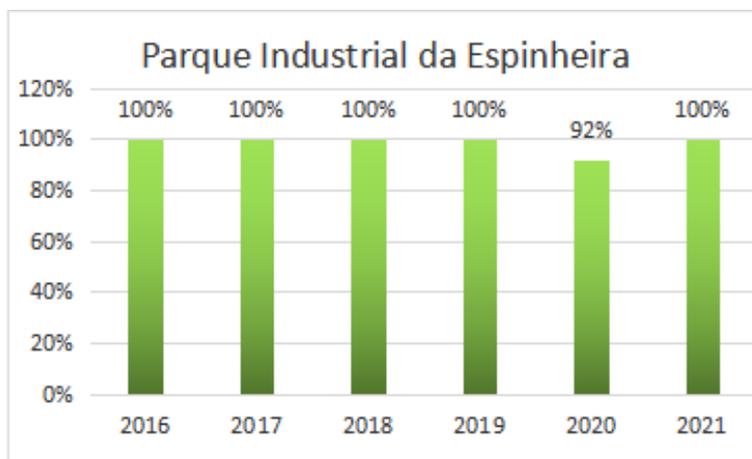
1.1.1. – Parque Industrial da Espinheira.

A taxa de ocupação do Parque Industrial da Espinheira aumentou em 2021 face a 2020, sendo atualmente de 100%.

À data a PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M. tem uma lista de espera para arrendamento dos seus espaços localizados no Parque Industrial da Espinheira.

Taxa de Ocupação

Gráfico 1



O Gráfico 1 evidencia a recuperação da taxa de ocupação do Parque Industrial para 100%.

Em relação ao edifício administrativo, a taxa de ocupação, em 2021, manteve-se.

Em termos de resultados, 2021 apresenta um resultado positivo de €20.280,57. Realçando-se um aumento dos proveitos com rendas de pavilhões e rendas de salas do Ed. Administrativo, face ao ano de 2020.

Nota para a rubrica "outros rendimentos" deste centro de custos, que apresenta o montante de €4 281,95 em 2021, que compara com os €29 158,76 de 2020. Em 2021 o valor contempla reversão de imparidades no valor de €3.200,00 e reconhecimento de inexistência de dívida por fornecedor, no valor de €1.081,95. Em 2020 o valor diz respeito, no essencial, à transferência de verbas para cobertura de prejuízos pela acionista Município de Penacova, no montante de €25.990,15, além de rendimentos provenientes de venda de contentor e renda da cozinha de formação.

Nota ainda para o facto de, desde 2020, serem imputados a este centro de custos os gastos de gestão e administrativos da própria empresa municipal, designadamente gastos com pessoal afetos a essas funções.

Demonstração de resultados comparados

Quadro 1

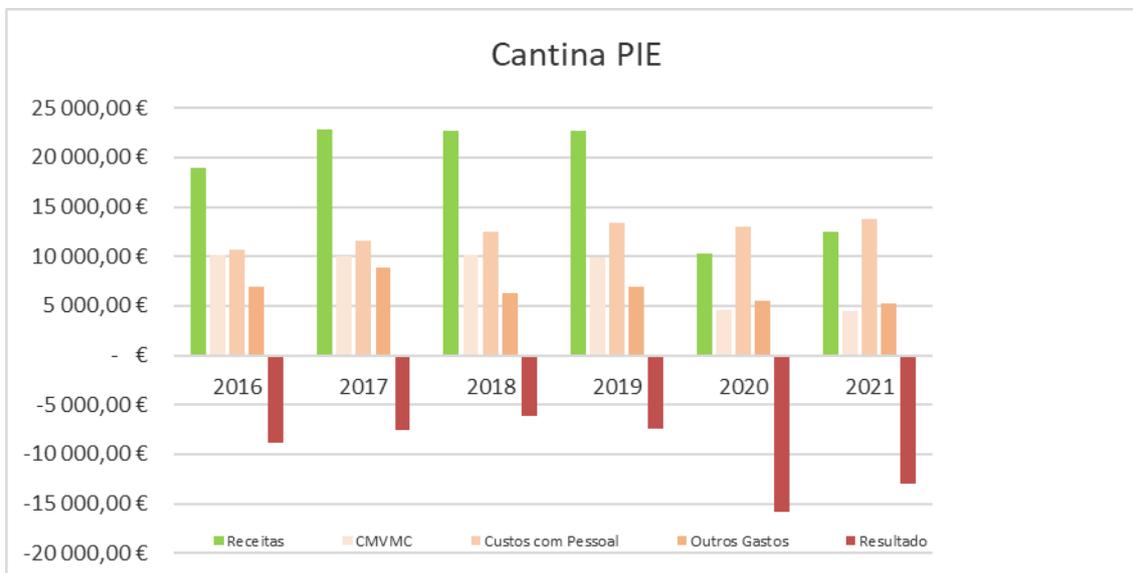
| Pavilhões e Edifício Administrativo | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Rendas Pavilhões | 43 435,00 € | 49 920,00 € | 55 005,00 € | 54 960,00 € | 43 140,00 € | 48 300,00 € |
| Rendas Salas | 6 525,00 € | 5 575,00 € | 5 275,00 € | 5 980,00 € | 5 480,00 € | 7 402,50 € |
| Outros Rendimentos | 1 801,01 € | 2 580,00 € | 59 392,10 € | 2 091,71 € | 29 158,76 € | 4 281,95 € |
| Gastos com Pessoal | 457,91 € | | 233,09 € | | 10 573,15 € | 19 566,98 € |
| Gastos com Administração | 13 264,95 € | 13 373,26 € | 9 428,57 € | 10 901,71 € | 9 203,84 € | 6 399,61 € |
| Outras Despesas | 22 026,16 € | 35 327,48 € | 80 985,24 € | 17 398,58 € | 24 771,99 € | 13 737,29 € |
| Resultado | 16 011,99 € | 9 374,26 € | 29 025,20 € | 34 731,42 € | 33 229,78 € | 20 280,57 € |

1.1.2. Cantina da Penaparque

A Cantina da Penaparque, que serve os funcionários das empresas instaladas no Parque Industrial da Espinheira e funcionários do Município, sofreu também em 2021, o forte impacto nas receitas devido à pandemia. Há um aumento das receitas face a 2020, no entanto o volume mantêm-se bastante abaixo do período pré pandémico. A redução das receitas traduziu-se num resultado negativo de €13 043,17, ainda assim melhor, em cerca de €2.750,00, face ao verificado em 2020.

Resultados Comparados

Gráfico 2



Demonstração de Resultados comparada

Quadro 2

| Cantina PIE | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| Receitas | 18 935,86 € | 22 851,46 € | 22 749,26 € | 22 750,49 € | 10 303,80 € | 12 534,28 € |
| CMVMC | 10 164,46 € | 10 049,32 € | 10 137,30 € | 9 925,27 € | 4 625,62 € | 4 483,76 € |
| Custos com Pessoal | 10 679,04 € | 11 592,54 € | 12 440,77 € | 13 343,71 € | 13 002,45 € | 13 743,87 € |
| Gastos com Administração | | | | | 2 982,05 € | 2 070,71 € |
| Outros Gastos | 6 918,17 € | 8 825,16 € | 6 324,91 € | 6 907,61 € | 5 529,98 € | 5 279,11 € |
| Resultado | - 8 825,81 € | - 7 615,56 € | - 6 153,72 € | - 7 426,10 € | - 15 836,30 € | - 13 043,17 € |

1.2-Estacionamento Público

Incumbe à PENAPARQUE 2, E.M. a gestão de áreas de estacionamento público de duração limitada pago na Vila de Penacova e do Parque de Estacionamento Municipal de Penacova. Gestão que inclui as lojas e espaços destinados a comércio e serviços existentes no edifício do referido Parque de Estacionamento.

Em 2021 fizeram-se sentir, ainda, de forma intensa, os efeitos da pandemia, sobretudo ao nível das receitas, quer no que respeita a cobrança de taxas de estacionamento, quer quanto às rendas das lojas existentes no Parque de Estacionamento, relativamente às quais vigorou no ano em causa o regime de carência de rendas estabelecido por decisão governamental.

Tal como havia acontecido no ano de 2020, também em 2021 os períodos de confinamento ou de atividade económica limitada, decretadas pelo Estado e

necessárias à contenção da propagação da pandemia por Covid 19, reduziram a utilização dos espaços de estacionamento pago e, em consequência limitaram a obtenção de receitas.

1.2.1. Áreas de estacionamento público de duração limitada pago na Vila de Penacova

No que respeita às áreas de estacionamento de duração limitada, verificou-se em 2021 uma quase inexistente cobrança de taxas de estacionamento, em virtude da inatividade dos parómetros durante grande parte do ano, por motivo de avarias. O que se traduziu num resultado negativo €292,50.

Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 3

| Parcómetros | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| Receitas Parcómetros | 2 843,69 € | 3 092,89 € | 2 793,46 € | 2 449,08 € | 916,70 € | 134,38 € |
| Despesas Parcómetros | 396,84 € | 193,26 € | 596,46 € | 921,06 € | 2 121,96 € | 426,88 € |
| Resultado | 2 446,85 € | 2 899,63 € | 2 197,00 € | 1 528,02 € | - 1 205,26 € | - 292,50 € |

1.2.2. Parque de Estacionamento Municipal de Penacova

O Parque de Estacionamento Municipal de Penacova apresenta em 2021 um resultado positivo, por contraposição ao resultado negativo de 2020.

Isto graças aos proveitos provenientes das rendas e taxas de estacionamento, que apesar de se encontrarem com valores abaixo do período pré-pandemia, tiveram um aumento face a 2020.

Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 4

| P. Estacionamento | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-----------------|
| Rendas Lojas | 16 459,20 € | 16 789,20 € | 14 681,20 € | 15 320,20 € | 12 834,86 € | 13 040,71 € |
| Parque Estacionamento | 10 362,38 € | 11 271,04 € | 13 115,02 € | 12 868,27 € | 10 236,88 € | 11 166,30 € |
| Outros Rendimentos | - € | 1 257,66 € | | | | |
| Gastos com Pessoal | 11 361,64 € | 16 372,62 € | 13 968,20 € | 13 413,07 € | 13 418,95 € | 13 826,23 € |
| Gastos com Administração | 10 384,64 € | 13 048,66 € | 2 839,60 € | 3 383,48 € | 3 175,06 € | 2 070,71 € |
| Outras Despesas | 7 791,96 € | 7 015,87 € | 8 902,23 € | 6 781,75 € | 7 830,56 € | 7 774,92 € |
| Resultado | - 2 716,66 € | - 7 119,25 € | 2 086,19 € | 4 610,17 € | - 1 352,83 € | 535,15 € |

1.3-Parque de Campismo Municipal

A PENAPARQUE 2, E.M. não explora o Parque de Campismo Municipal, localizado em Vila Nova, uma vez que há 7 anos concessionou a um privado a exploração desta infraestrutura através de concessão de exploração.

Em termos de resultados, eles constituem-se, do lado dos proveitos, pelas rendas pagas pelo concessionário, e do lado dos gastos, pelas intervenções que contratualmente são da responsabilidade desta Empresa Municipal

Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 5

| Parque Campismo | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas | 3 357,00 € | 3 242,42 € | 3 357,30 € | 3 357,00 € | 2 732,01 € | 3 357,00 € |
| Despesas | 3 738,39 € | 2 078,21 € | 6 093,49 € | 4 623,76 € | 1 675,53 € | 957,78 € |
| Resultado | - 381,39 € | 1 164,21 € | - 2 736,19 € | - 1 266,76 € | 1 056,48 € | 2 399,22 € |

Durante o ano de 2021 a PENAPARQUE 2, E.M. realizou mais uma vez poucas intervenções no Parque de Campismo, o que permitiu ter um resultado positivo de €2.399,22.

1.6. Infraestruturas Turísticas

1.6.1. Portela de Oliveira

1.6.1.1. Museu do Moinho

A PENAPARQUE 2, E.M. assegura a gestão e dinamização do Museu do Moinho, sito na Portela de Oliveira, freguesia de Sazes de Lorvão, junto ao conjunto de moinhos vento alí existentes. Museu que, com o moinho Vitorino Nemésio, devidamente recuperado e em funcionamento, constituem um núcleo museológico único no panorama nacional, que ostenta um relevante acervo de peças/utensílios relacionados com os moinhos e permite compreender não só o funcionamento destas estruturas de moagem como toda a cultura e vivências com eles relacionadas.

A gestão deste espaço é feita ao abrigo de Contrato Programa de Gestão de Infraestruturas Turísticas, celebrado com o Município de Penacova, que assegura o financiamento da atividade que não seja coberto pela bilheteira do museu e pelas vendas de material promocional

Em 2021, tal como em 2020, as visitas ao Museu do Moinho sofreram o impacto da pandemia por Covid 19. Verificando-se que o número de visitantes, sobretudo nos meses de maior fluxo de visitas, está ainda muito longe do período pré-pandemia, comos e pode verificar no quadro abaixo.

Evolução no número de visitantes

Gráfico 3



1.6.1.2. Cafeteria do Moinho

A cafeteria do moinho, que integra o complexo da Portela de Oliveira cuja gestão está atribuída a esta Empresa Municipal, teve a sua exploração concessionada a um privado, que a partir de meio do ano deixou a concessão. Verificou-se por isso uma redução no valor das rendas arrecadadas.

Em termos de resultados da gestão do complexo da Portela de Oliveira, o resultado foi positivo em 2021, no valor de 4 506,10 €, pela primeira vez desde 2016, graças ao financiamento proveniente do contrato programa celebrado com o Município para a gestão do Museu do Moinho, no valor de 25 386,21 €, aumentando no ano agora relatado para cobrir o prejuízo do ano anterior.

Demonstração de Resultados Comparada – Portela de Oliveira

Gráfico 6

| Portela de Oliveira | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------------------------|---------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| Renda Cafeteria | 600,00 € | 600,00 € | 600,00 € | 600,00 € | 600,00 € | 450,00 € |
| Entradas Museu do Moinho | 1 843,28 € | 1 725,84 € | 1 793,58 € | 2 388,56 € | 1 051,81 € | 1 517,51 € |
| Bolsa IEPF | 5 746,38 € | 2 503,48 € | | | 3 789,78 € | 1 910,95 € |
| Contrato Programa Infra. Turis. | 17 488,40 € | 15 787,26 € | 19 295,83 € | 20 465,92 € | 20 628,37 € | 25 386,21 € |
| Vendas de Merchandising | 48,77 € | 689,51 € | 485,44 € | 1 083,63 € | 220,50 € | 489,15 € |
| CMVMC | | 229,38 € | 240,32 € | 482,07 € | 95,43 € | 304,58 € |
| Gastos com Pessoal | 26 321,44 € | 17 187,69 € | 20 244,40 € | 20 474,46 € | 22 029,02 € | 21 575,63 € |
| Gastos com Administração | | | | | 2 982,07 € | 2 070,72 € |
| Outros Gastos | 895,85 € | 4 645,47 € | 5 779,54 € | 5 125,95 € | 3 818,96 € | 1 296,79 € |
| Resultado | - 1 490,46 € | - 756,45 € | - 4 089,41 € | - 1 544,37 € | - 2 635,02 € | 4 506,10 € |

Nota: respeita a toda a área Portela de Oliveira

1.6.2. Mosteiro de Lorvão

Em 2019, a Penaparque 2, EM assumiu, através de contrato programa celebrado com o Município de Penacova, a responsabilidade pela gestão e dinamização das visitas ao Mosteiro de Lorvão. Assegurando o serviço de guia e apoio aos visitantes

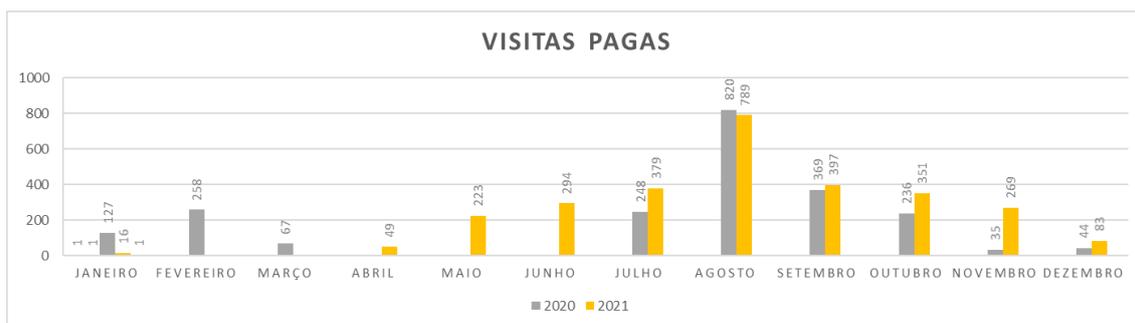
neste monumento nacional, que é um dos maiores mosteiros portugueses, que encerra valiosíssimos tesouros artísticos e culturais.

Assegurando também ações de limpeza e proteção dos espaços, ao abrigo de parceria firmada por protocolo celebrado com a Paróquia de Lorvão.

Tal como aconteceu em 2020, a pandemia fez sentir em 2021 os seus efeitos, apesar disso registaram-se 3692 visitas (pagas e não pagas), não se considerando aqui as visitas para o culto e atividades religiosas. Visitas pagas foram 2850, que comparam com as 2204 registadas em 2020. Este crescimento do número de visitantes de 2020 para 2021, antevê a recuperação da atividade turística em 2022 com o conseqüente aproximar do número de visitantes ao período pré pandemia.

A evolução positiva em termos de número de visitantes, concorreu para que os resultados em 2021 sejam positivos em €6.320,55.

Gráfico 5



Demonstração de Resultados Comparada

Quadro 13

| Mosteiro de Lorvão | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------------------------|------|------|------|------|---------------------|-------------------|
| Entradas Mosteiro | | | | | 5 279,57 € | 6 709,11 € |
| Contrato Programa Infra. Turis. | | | | | 13 974,84 € | 17 788,79 € |
| Vendas de Merchandising | | | | | 35,57 € | 52,66 € |
| CMVMC | | | | | 26,20 € | 40,75 € |
| Gastos com Pessoal | | | | | 14 943,44 € | 14 757,50 € |
| Gastos com Administração | | | | | 2 982,05 € | 2 070,71 € |
| Outros Gastos | | | | | 2 781,35 € | 1 361,05 € |
| Resultado | | | | | - 1 443,06 € | 6 320,55 € |

Nota: A atividade da empresa relativa ao Mosteiro de Lorvão teve início em 2020.

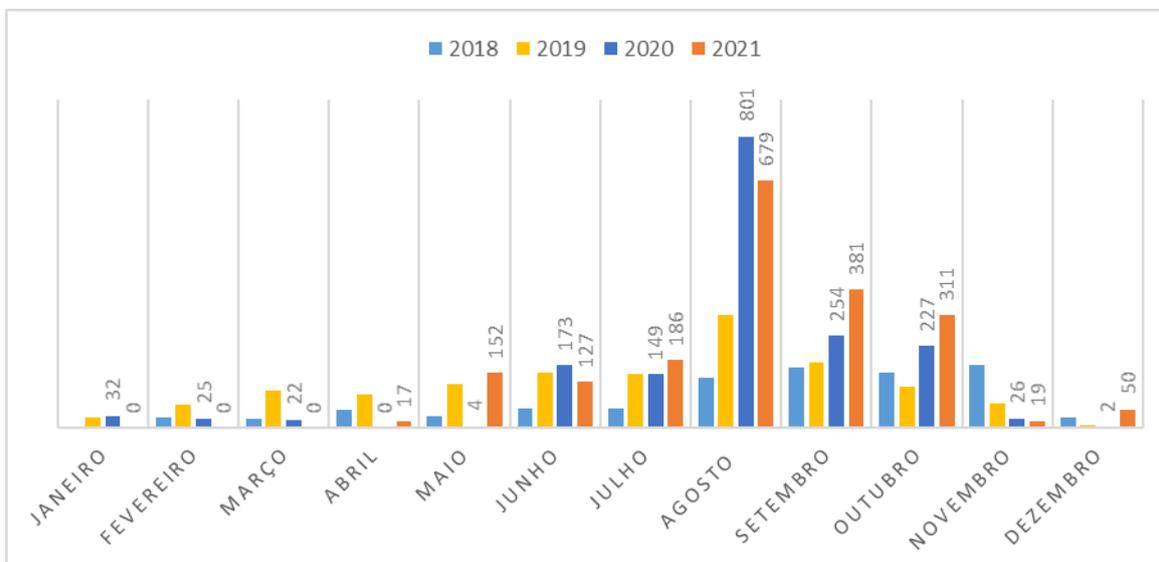
1.6.3. Posto de Turismo de Penacova

Ao abrigo do Contrato Programa para a gestão de Infra Estruturas Turísticas, a empresa tem também a responsabilidade pela gestão do Posto de Turismo de Penacova, onde é feito o atendimento a visitantes, promovendo e dando informação sobre os pontos de interesse turístico, eventos e oferta concelhia em animação turística, alojamento e restauração.

Em 2021 registou-se um aumento do número de turísticas que procuraram o Posto de Turismo, por comparação com 2020.

Evolução do número de atendimentos

Gráfico 8



Demonstração de resultados comparada

Quadro 14

| Posto de Turismo | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|---------------------|-----------------|---------------------|---------------------|----------------|-------------------|
| Vendas de Merchandising | 104,48 | 689,94 | 311,59 | 140,48 | 126,46 | 390,62 |
| CMVMC | | 708,52 | | | | 296,86 |
| Contrato Programa Infraestruturas Turísticas | 6998,96 | 15787,19 | 19295,79 | 20465,89 | 20628,37 | 25386,19 |
| IEFP | | 628,83 | | 0,5 | | |
| Gastos com Pessoal | 9747,24 | 14449,2 | 20244,35 | 20474,44 | 16674,55 | 18703,77 |
| Gastos com Administração | | | | | 2965,15 | 2070,72 |
| Outros Gastos | 2263,92 | 1365,62 | 3807,76 | 4415,43 | 1071,4 | 744,68 |
| Resultado | - 4 907,72 € | 582,62 € | - 4 444,73 € | - 4 283,00 € | 43,73 € | 3 960,78 € |

1.7. – Infraestruturas de Restauração e de Bebidas: Café Turismo, Restaurante Piscinas de Penacova, Restaurante Panorâmico e Snck-bar do Reconquinho

Através de contrato programa celebrado com o Município de Penacova, foi atribuída à Penaparque a gestão do espaço Café Turismo, Restaurante Piscinas de Penacova, Snck-bar do Reconquinho e Restaurante Panorâmico.

Em 31 de dezembro de 2021, todos estes estabelecimento se encontravam em plena exploração, com exceção do Restaurante Panorâmico, cujo concessionário rescindiu o contrato no ano. Em todo o caso, em dezembro de 2021 estava em

curso procedimento para concessão da exploração, cuja adjudicação ocorreu em janeiro de 2022.

No caso do Restaurante Piscinas de Penacova, teve início novo contrato de concessão já na segunda metade do ano, com exploração e pagamento de rendas no último trimestre.

Todos estes espaços de restauração e bebidas têm a respetiva exploração concessionada a privados, sendo proveitos da empresa as rendas provenientes de cada um dos contratos de concessão e gastos as intervenções que nos termos contratuais hajam de ser feitas pela Penaparque.

No ano de 2021, a empresa logrou obter resultado positivo com todas as concessões.

Resultados comparados Espaços de Restauração

Gráfico 4



Demonstrações de Resultados comparada, por concessão:

Quadro 7

| Café Turismo | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------|-------------------|-------------------|
| Renda | 5 880,00 € | 5 390,00 € | 6 510,00 € | 6 600,00 € | 5 790,02 € | 6 960,00 € |
| Gastos | - € | 1 075,00 € | 2 748,19 € | 5 888,24 € | 2 527,13 € | 1 469,58 € |
| Resultado | 5 880,00 € | 4 315,00 € | 3 761,81 € | 711,76 € | 3 262,89 € | 5 490,42 € |

Quadro 8

| Restaurante Bar Piscinas | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-----------------|
| Renda | 3 360,00 € | 5 040,00 € | 4 500,00 € | 4 500,00 € | 27,68 € | 1 800,00 € |
| Gastos | 1 126,70 € | 651,22 € | 1 368,35 € | 808,96 € | 2 917,91 € | 1 695,72 € |
| Resultado | 2 233,30 € | 4 388,78 € | 3 131,65 € | 3 691,04 € | - 2 890,23 € | 104,28 € |

Quadro 9

| Restaurante Panorâmico | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------|
| Renda | | € 6 400,00 | € 3 600,00 | € 3 300,00 | € 3 046,35 | € 900,00 |
| Gastos | | € 145,41 | | | € 250,00 | € 183,67 |
| Resultado | € - | € 6 254,59 | € 3 600,00 | € 3 300,00 | € 2 796,35 | € 716,33 |

Quadro 10

| Reconquinho | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas | 3 000,00 € | 3 114,58 € | 3 000,00 € | 4 900,00 € | 4 995,72 € | 4 854,99 € |
| Despesas | 1 358,12 € | 1 687,87 € | 433,67 € | 2 621,40 € | 672,62 € | 672,64 € |
| Resultado | 1 641,88 € | 1 426,71 € | 2 566,33 € | 2 278,60 € | 4 323,10 € | 4 182,35 € |

1.8. Bar 21

A PENAPARQUE 2, E.M. tem atribuída a gestão do "Bar 21", situado na área de repouso junto ao IP3, nó de Penacova. Tal como acontece relativamente a todos os espaços de restauração e bebidas sob a sua gestão, a exploração deste estabelecimento encontra-se concessionada a um privado.

Em termos de resultados, eles constituem-se, do lado dos proveitos, pelas rendas pagas pelo concessionário, e do lado dos gastos, pelas intervenções que contratualmente são da responsabilidade desta Empresa Municipal.

No ano de 2021 não teve lugar qualquer intervenção da empresa nesta concessão, que originasse gastos. Razão pela qual os resultados desta atividade cresceram face ao ano anterior.

Devendo notar-se que em 2021, fruto dos impactos das medidas relacionadas com a Covid 19, os valores das rendas desta concessão ficaram cerca de cinco mil euros abaixo do verificado em 2019 (ano anterior à pandemia).

Demonstração de resultados comparada

Quadro 11

| Bar 21 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas | 21 800,73 € | 14 765,54 € | 14 395,21 € | 14 897,95 € | 9 071,21 € | 9 073,81 € |
| Gastos | 535,71 € | | 1 645,13 € | 56,64 € | 326,33 € | |
| Resultado | 21 265,02 € | 14 765,54 € | 12 750,08 € | 14 841,31 € | 8 744,88 € | 9 073,81 € |

1.9. Rotas de Penacova

Desde 2017 a Penaparque tem no mercado o projeto Rotas de Penacova, com oferta de vários circuitos pré-definidos, definidos com base em possibilidades de experimentação e conhecimento dos patrimónios de Penacova, com visita guiada pelos colaboradores da empresa afetos ao serviço nos Postos de Turismo, dedicados a grupos de visitantes.

Em 2021, não obstante a quebra no sector do turismo provocada pela pandemia, tiveram lugar várias visitas de grupos, com valores que indicam alguma recuperação do sector face a 2020 e no quadro da crise pandémica que se vive.

Demonstração de resultados comparada

Quadro 12

| Rotas de Penacova | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------|------------|-------------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| Receitas | | 1 336,17 € | 1 031,70 € | 886,98 € | 49,59 € | 426,80 € |
| Gastos | | | 546,90 € | 163,40 € | - € | |
| Resultado | - € | 1 336,17 € | 484,80 € | 723,58 € | 49,59 € | 426,80 € |

1.10. Apoio a serviços do Município

Em 2021, tal como nos anos anteriores, a empresa teve afetos a serviços do Município, sem qualquer cobertura ou compensação, recursos humanos, incluindo tempo dedicado a serviços do Município por parte do administrador em regime de permanência. Disponibilidade de recursos da empresa ao Município que teve o impacto nas contas que se demonstra no quadro abaixo:

Demonstração de resultados comparada

Quadro 14

| Apoio a serviços do Município | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Gimnodesportivo | | | | | | |
| Eventos | 386,23 € | 253,66 € | | | | |
| Contrato Programa | | | | | | |
| Gastos com Pessoal | 10 787,08 € | 9 584,05 € | 27 828,20 € | 19 213,35 € | 19 222,73 € | 18 719,11 € |
| Gastos com Administração | | | | | 8 618,93 € | 6 439,06 € |
| Outros Gastos | 390,63 € | 561,62 € | 8 217,03 € | 9 559,84 € | | |
| Resultado | - 10 791,48 € | - 9 892,01 € | - 36 045,23 € | - 28 773,19 € | - 27 841,66 € | - 25 158,17 € |

2 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

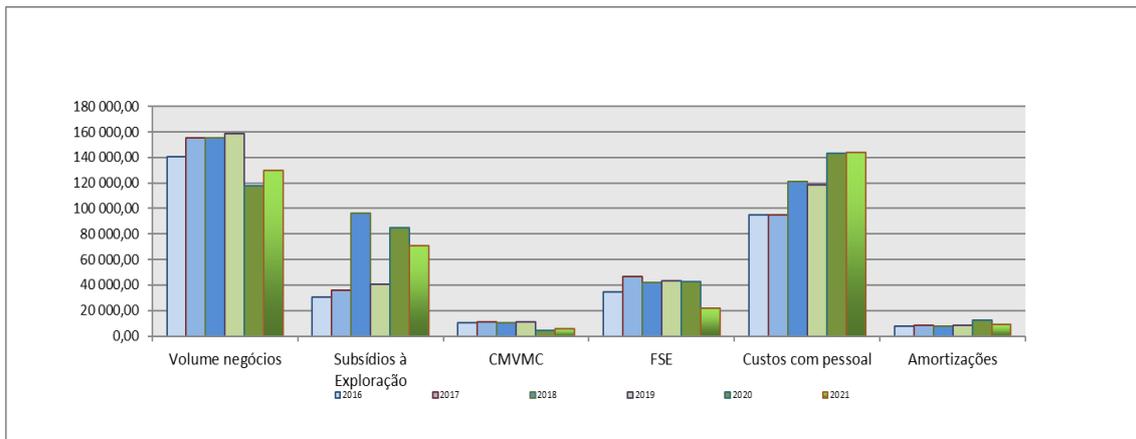
2.1-Desempenho financeiro

Na senda do art. 66º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se neste capítulo o desempenho e a posição financeira da empresa.

Relativamente ao desempenho global da empresa é apresentada a análise da evolução das principais rubricas da demonstração de resultados desde o período de 2016 ao período de 2021.

Evolução das rúbricas de desempenho

Gráfico 9



Através da análise do Gráfico 8, verificamos que o Volume de Negócios, que em 2021 foi de €129 559,72, apresenta uma recuperação de € 11 851,11 face a 2020, o que resulta da atenuação dos impactos da pandemia.

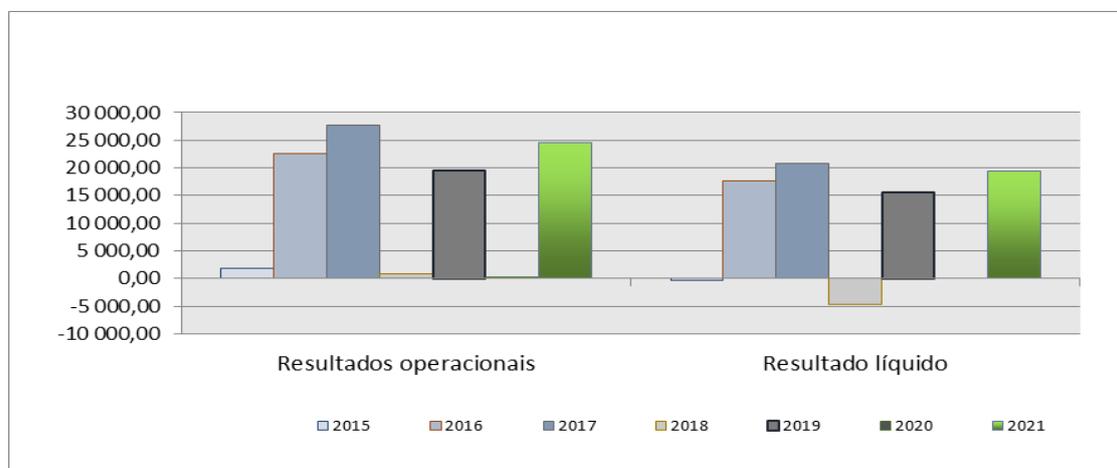
Verifica-se no entanto que nesta rúbrica o desempenho está ainda significativamente abaixo do período pré pandemia.

Verifica-se em 2021 uma redução de €-14 539,37 na rubrica Subsídios à Exploração, por comparação com o ano de 2020.

No que respeita a gastos, face a 2020, os custos com pessoal - tiveram um ligeira subida de €617,48 e os Fornecimentos e serviços externos uma diminuição de €-20 885,39.

Evolução de Resultados

Gráfico 10



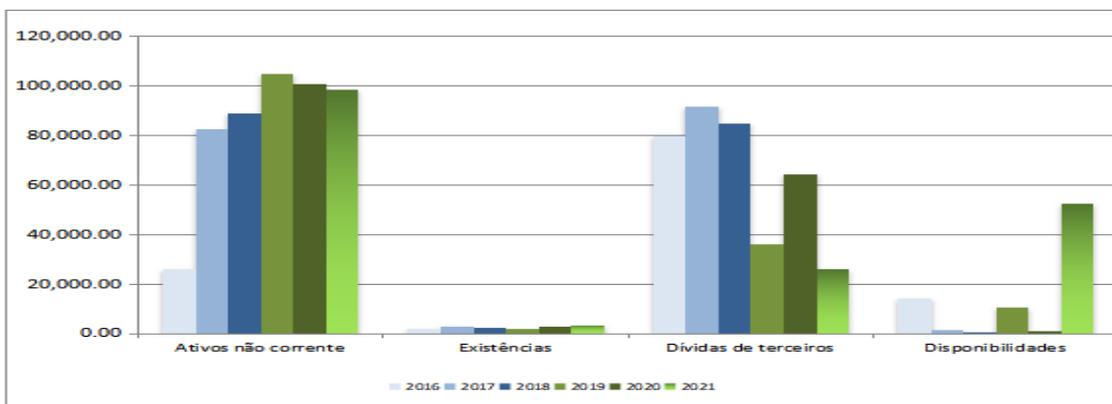
As variações nas diferentes rubricas refletem-se nos resultados operacionais e líquidos, sendo que em 2021 uma significativa recuperação nos resultados, o que resulta essencialmente do aumento do volume de negócios, estabilidade nos custos com pessoal e redução significativa nos gastos com fornecimentos e serviços externos.

2.2 - Posição financeira

Neste capítulo é apresentada aquela que tem sido a evolução da estrutura financeira da **PENAPARQUE 2, E.M.** ao longo dos cinco últimos anos.

Evolução da Estrutura Financeira

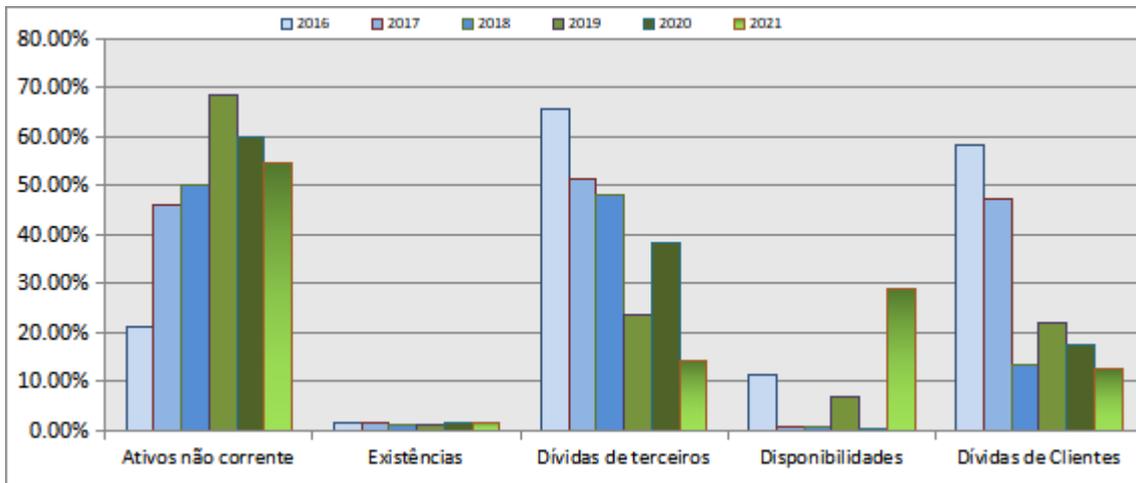
Gráfico 11



Pela análise do Gráfico 11, verificamos que a rubrica do imobilizado se manteve estável e a Disponibilidades teve um aumento por contraposição à rúbrica das dívidas de terceiros que teve uma importante redução.

Se efetuarmos uma análise ao peso relativo que cada uma das rubricas tem no Activo Líquido, verificamos que o imobilizado estabilizou no seu peso relativo em 2021, as dívidas de terceiros tiveram uma redução no seu peso relativo do total do Activo (**Gráfico 12**).

Gráfico 12



Relativamente aos indicadores de equilíbrio financeiro e de liquidez a empresa apresenta no final de 2021 indicadores na sua generalidade com evolução positiva em relação ao ano anterior. Estes dados podem ser interpretados pela análise dos **Gráfico 13** (indicadores de liquidez) e **Gráfico 14** (indicadores de estrutura financeira).

**Gráfico
13**

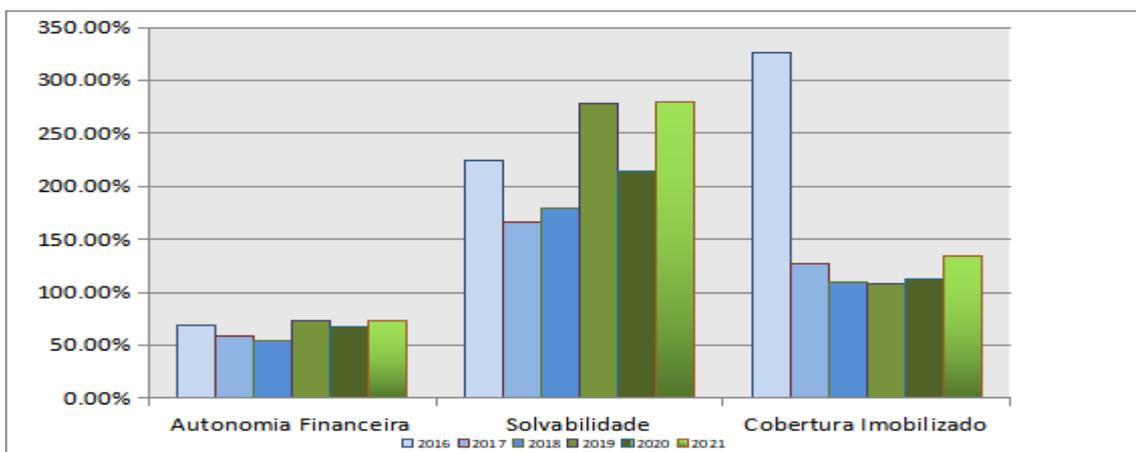
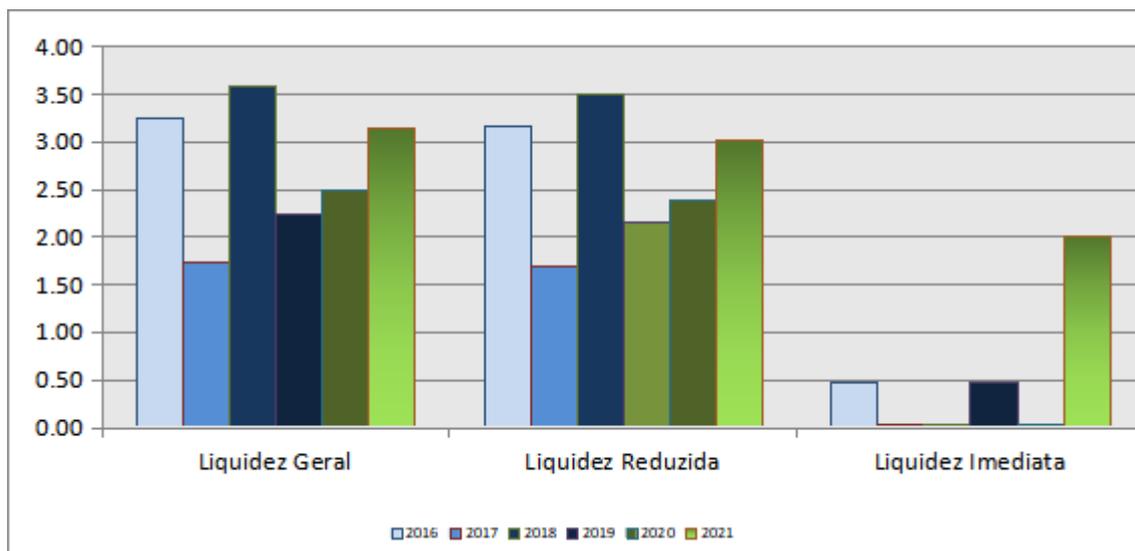


Gráfico 14

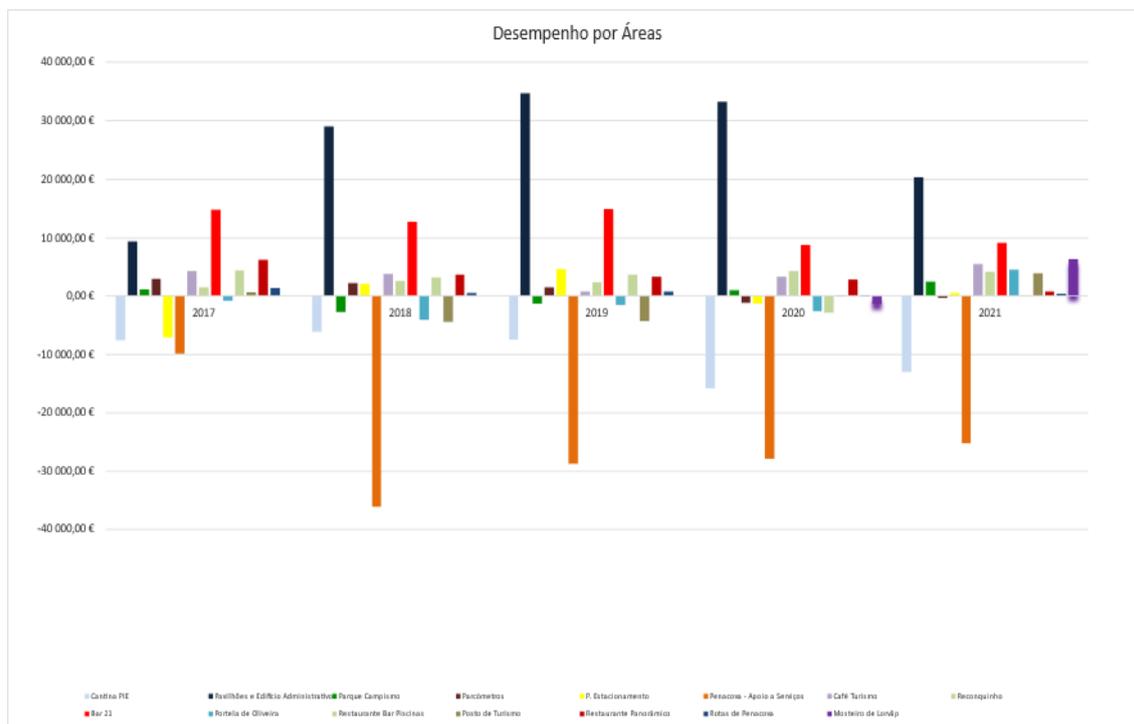


2.3 – O desempenho financeiro por áreas de negócio

No âmbito das responsabilidades de gestão confiadas à empresa, apresenta-se o contributo de cada um dos centros/áreas para o resultado global. Tal como apresentado no presente relatório, são os seguintes:

- 1) Parque Industrial da Espinheira;
- 2) Cantina da Penaparque;
- 3) Parque de Campismo Municipal;
- 4) Estacionamento duração limitada – Parcometros;
- 5) Parque de Estacionamento;
- 6) Apoio a serviços do Município de Penacova
- 7) Café Turismo
- 8) Snack-Bar do Reconquinho
- 9) Bar 21
- 10) Portela de Oliveira
- 11) Restaurante Bar Piscinas de Penacova
- 12) Posto de Turismo de Penacova
- 13) Restaurante Panorâmico
- 14) Mosteiro de Lorvão

Gráfico 15



Do gráfico 15 extrai-se que, em 2021, apenas três centros/áreas apresentaram prejuízos: Cantina da Penaparque, Espaços de estacionamento de duração limitada na Vila de Penacova e o apoio a serviços do Município, destacando-se esta área como aquela que, de longe, mais prejuízo gera, uma vez que se tratou da afetação de recursos humanos aos serviços no Município e suportados integralmente por meios financeiros libertos da restante atividade da empresa, sem cobertura em qualquer contrato programa.

3- EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Em 2022, à data da redação deste Relatório, já se vislumbra alguma normalização da atividade económica, financeira e social. É notório já, pelos dados dos primeiros meses do ano, uma forte retoma, sobretudo do sector do turismo

Posto isto, para 2022 pretende-se:

- a) Ter todos os espaços sob gestão da empresa em plena exploração e em crescimento;
- b) Trabalhar a imagem do Parque Industrial da Espinheira, melhorando a limpeza e arranjos exteriores, efetuar intervenções na reparação do sistema de escoamento de águas pluviais da cobertura;

-
- c) Desenvolver a área "Rotas de Penacova".
 - d) Melhorar a rúbrica de Dívidas de Clientes e continuar a diminuir o prazo médio de recebimento.
 - e) Cumprir o Plano de Atividades e contas previsionais para 2022.

Como principal fator de risco para 2022, salienta-se a elevada incerteza e riscos económicos e financeiros associados à continuação dos efeitos da pandemia, à instabilidade internacional criada pela Guerra da Ucrânia e à subida da inflação que, com a perda de poder de compra das pessoas, pode reduzir os negócios dos clientes/arrendatários e concessionários, o que poderá fazer retroceder a atividade turística e o número de visitas. Incertezas e riscos que fazem perigar a expectativa de resultados positivos em 2022.

4- PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício seja levado, na totalidade, a resultados transitados.

Junto:

Demonstrações financeiras e respetivo anexo.

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário.

Espinheira, 06 de abril de 2022

A Administração,

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | PERÍODOS | |
|---|-------|------------------|------------------|
| | | EX 2021 | EX 2020 |
| Vendas e serviços prestados | 8 | 129 559,72 | 117 708,61 |
| Subsídios à exploração | 9 | 70 472,14 | 85 011,51 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 7 | -5 416,97 | -4 683,28 |
| Fornecimentos e serviços externos | 12 | -21 967,83 | -42 853,22 |
| Gastos com o pessoal | 12 | -144 192,50 | -143 575,02 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | 12 | 3 200,00 | 1 200,00 |
| Outros rendimentos | 12 | 1 848,59 | 216,93 |
| Outros gastos | 12 | -220,21 | -824,83 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 33 282,94 | 12 200,70 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 5 | -8 802,24 | -12 195,97 |
| Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões) | | | |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 24 480,70 | 4,73 |
| Juros e gastos similares suportados | 12 | -271,64 | -4,73 |
| Resultado antes de impostos | | 24 209,06 | 0,00 |
| Imposto sobre rendimento do período | 12 | -4 706,54 | 0,00 |
| Resultado líquido do período | | 19 502,52 | 0,00 |
| Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período | | 0,00 | 0,00 |
| Resultado líquido do período atribuível a: (2) | | 0,00 | 0,00 |
| Detentores do capital da empresa-mãe | | 0,00 | 0,00 |
| Interesses que não controlam | | 0,00 | 0,00 |
| | | 0,00 | 0,00 |
| Resultado por ação básico | | 0,00 | 0,00 |

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de conta consolidadas

A Administração

O Contabilista Certificado



Empresa PENAPARQUE 2, E.M.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Para o período findo em 31 de dezembro de 2021

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o período findo em 31 de dezembro de 2020

| | |
|---|----|
| <u>BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</u> | 3 |
| <u>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</u> | 4 |
| <u>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</u> | 5 |
| <u>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</u> | 6 |
| <u>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</u> | 7 |
| <u>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</u> | 8 |
| 1. <u>Identificação da entidade</u> | 8 |
| 2. <u>Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras</u> | 8 |
| 3. <u>Principais políticas contábilísticas</u> | 9 |
| 4. <u>Fluxos de caixa</u> | 16 |
| 5. <u>Ativos fixos tangíveis</u> | 16 |
| 6. <u>Investimentos Financeiros</u> | 18 |
| 7. <u>Inventários</u> | 18 |
| 8. <u>Réditos</u> | 19 |
| 9. <u>Contabilização dos subsídios do Estado e Outros Entes Públicos e divulgação de apoios do Estado e Outros Entes Públicos</u> | 21 |
| 10. <u>Acontecimentos após a data do balanço</u> | 22 |
| 11. <u>Instrumentos Financeiros</u> | 23 |
| 12. <u>Outras informações</u> | 24 |

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 21

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2021

Valor em Euros

| RUBRICAS | Notas | Datas | |
|--|-------|-------------------|-------------------|
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| ACTIVO | | | |
| Activo não corrente | | | |
| Activos fixos tangíveis | 5 | 96.786,82 | 99.523,67 |
| Investimentos Financeiros | 6 | 1.559,16 | 1.118,72 |
| | | 98.345,98 | 100.642,39 |
| Activo corrente | | | |
| Inventários | 7 | 3.217,71 | 2.641,58 |
| Clientes | 12 | 22.417,86 | 29.791,92 |
| Estado e outros entes públicos | 12 | 0,00 | 3.140,49 |
| Outras contas a receber | 12 | 0,00 | 28.074,53 |
| Diferimentos | 12 | 3.375,61 | 3.233,66 |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 52.326,85 | 749,81 |
| | | 81.338,03 | 67.631,99 |
| Total do ACTIVO | | 179.684,01 | 168.274,38 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| Capital realizado | 11 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| Reservas legais | 11 | 10.282,94 | 10.282,94 |
| Outras reservas | 11 | 78.376,03 | 78.376,03 |
| Resultados transitados | 11 | (25.847,96) | (25.847,96) |
| Resultado líquido do período | 11 | 19.502,52 | 0,00 |
| Total do Capital Próprio | | 132.313,53 | 112.811,01 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| | | 0,00 | 0,00 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 12 | 7.452,70 | 12.789,17 |
| Adiantamento de Clientes | 12 | 0,00 | 675,05 |
| Estado e outros entes públicos | 12 | 10.003,34 | 5.243,84 |
| Financiamentos obtidos | 12 | 0,00 | 2.881,01 |
| Outras contas a pagar | 12 | 21.426,33 | 25.401,98 |
| Diferimentos | 12 | 8.488,11 | 8.472,32 |
| Total do Passivo | | 47.370,48 | 55.463,37 |
| Total do Capital Próprio e do Passivo | | 179.684,01 | 168.274,38 |

Espinheira, 6 de abril de 2022

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M. _506.963.802

Demonstração de Resultados Individuais

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021

Valores em euros

| RENDIMENTOS E GASTOS | | Notas | Períodos | |
|--|-----|-------|------------------|------------------|
| | | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Vendas e Prestação de serviços | + | 8 | 129.559,72 | 117.708,61 |
| Subsídios à exploração | + | 9 | 70.472,14 | 85.011,51 |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | - | 7 | (5.416,97) | (4.683,28) |
| Fornecimentos e serviços externos | - | 12 | (21.967,83) | (42.853,22) |
| Gastos com pessoal | - | 12 | (144.192,50) | (143.575,02) |
| Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões) | -/+ | 12 | 3.200,00 | 1.200,00 |
| Outros rendimentos e ganhos | + | 12 | 1.848,59 | 216,93 |
| Outros gastos e perdas | - | 12 | (220,21) | (824,83) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | = | | 33.282,94 | 12.200,70 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | -/+ | 5 | (8.802,24) | (12.195,97) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | = | | 24.480,70 | 4,73 |
| Juros e gastos similares suportados | - | 12 | (271,64) | (4,73) |
| Resultado antes de impostos | = | | 24.209,06 | 0,00 |
| Imposto sobre rendimento do período | -/+ | 12 | (4.706,54) | 0,00 |
| Resultado liquido do período | = | | 19.502,52 | 0,00 |

Espinheira, 6 de abril de 2022

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2021

Valores Euros

| RUBRICAS | | | Notas | Períodos | |
|--|------------|--------------------|-------|-------------------|-------------------|
| | | | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| <u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u> | | | | | |
| Recebimentos de clientes | + | 12 | | 149.190,85 | 132.741,64 |
| Pagamentos a fornecedores | - | 12 | | (39.900,71) | (45.285,45) |
| Pagamentos ao pessoal | - | 12 | | (94.889,29) | (91.162,60) |
| Caixa gerada pelas operações | +/- | | | 14.400,85 | (3.706,41) |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | -/+ | 12 | | (6.576,92) | (10.911,50) |
| Outros recebimentos/pagamentos | +/- | 12 | | 49.089,40 | 9.990,48 |
| Fluxos de caixa das actividades operacionais | (1) | +/- | | 56.913,33 | (4.627,43) |
| <u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u> | | | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | | |
| Activos fixos tangíveis | - | 5 | | (2.183,64) | (9.874,85) |
| Recebimentos provenientes de: | | | | | |
| Activos fixos tangíveis | + | 5 | | | 1.968,00 |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento | (2) | +/- | | (2.183,64) | (7.906,85) |
| <u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u> | | | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | | | |
| Financiamentos obtidos | + | 12 | | | 2.881,01 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | | |
| Financiamentos obtidos | - | 12 | | (2.881,01) | |
| Juros e gastos similares | - | 12 | | (271,64) | 0,00 |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento | (3) | | | (3.152,65) | 2.881,01 |
| Variação de caixa e seus equivalentes | | (1)+(2)+(3) | | 51.577,04 | (9.653,27) |
| Efeito das diferenças de câmbio | +/- | | | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | +/- | 4 | | 749,81 | 10.403,08 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | +/- | | | 52.326,85 | 749,81 |

Espinheira, 6 de abril de 2022

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2020

(Valores expressos em euros)

| DESCRIÇÃO | Notas | Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe | | | | | | | | | | | Total do Capital Próprio | | |
|---|-------|--|--------------------------|---|--------------------|-----------------|-----------------|------------------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|------------------------------|--------------------------|------------|------------|
| | | Capital realizado | Acções (quotas) próprias | Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio | Prémios de emissão | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | Ajust. em activos financeiros | Excedentes de revalorização | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | | | |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020 | 11 | 1 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.718,49 | 64.295,99 | -25.847,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.644,49 | 112.811,01 | |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | | | | | | 1.564,45 | 14.080,04 | 0,00 | | | | -15.644,49 | 0,00 | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | | 2 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.564,45 | 14.080,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -15.644,49 | 0,00 | |
| RESULTADO INTEGRAL | | 3 | | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 | |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | 4=2+3 | | | | | | | | | | | -15.644,49 | 0,00 | |
| Entradas para cobertura de perdas | | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| Outras operações | | | | | | | | | | | | | | 0,00 | |
| | | 5 | | | | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020 | | 6=1+2+3+5 | | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.282,94 | 78.376,03 | -25.847,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 112.811,01 |

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Espineira, 6 de abril de 2022

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2021

(Valores expressos em euros)

| DESCRIÇÃO | Notas | Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe | | | | | | | | | | | Total do Capital Próprio | |
|---|-------|--|--------------------------|---|--------------------|-----------------|-----------------|------------------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|------------------------------|--------------------------|------------|
| | | Capital realizado | Acções (quotas) próprias | Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio | Prémios de emissão | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | Ajust. em activos financeiros | Excedentes de revalorização | Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | | |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021 | | 6 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.282,94 | 78.376,03 | -25.847,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 112.811,01 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | | | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | | 7 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | | 8 | | | | | | | | | | | 19.502,52 | 19.502,52 |
| RESULTADO INTEGRAL | | 9=7+8 | | | | | | | | | | | 19.502,52 | 19.502,52 |
| OUTRAS OPERAÇÕES | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras operações | | 10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021 | | 11=7+8+10 | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.282,94 | 78.376,03 | -25.847,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.502,52 | 132.313,53 |

Espinheira, 6 de abril de 2022

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1 - Identificação da entidade

A entidade Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M. é uma entidade municipal, com sede no Parque Industrial da Espinheira, sala 8, em como atividade a gestão dos seguintes equipamentos/atividades municipais:

Parque Industrial da Espinheira, Pavilhões, Escritórios, Cozinha de formação e respetivos serviços de apoio da Cantina, Bar);

Estacionamento público na vila de Penacova (Parcómetros) ;

Parque Municipal de Campismo;

Parque de Estacionamento da Rua da Eirinha;

Museu do Moinho (Portela de Oliveira);

Posto de Turismo de Penacova;

Bar do Reconquinho;

Cafetaria da Portela de Oliveira;

Café Turismo;

Bar 21;

Restaurante Piscinas;

Restaurante Panorâmico;

Mosteiro de Lorvão.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- * Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (*Sistema de Normalização Contabilística*), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 agosto;
- * Portaria n.º 986/2009, de 7 de dezembro (*Modelos de Demonstrações Financeiras*);
- * Aviso n.º 15652/2009, 7 de setembro (*Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro*);
- * Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (*Código de Contas*).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento,

mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

No período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de

aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como *“Outros rendimentos e gastos”* ou *“Outros ganhos e perdas”*.

b) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior utiliza-se o custo médio como fórmula de custeio. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como *“Imparidade de inventários (perdas/reversões)”*. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

c) Custo de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

d) Instrumentos financeiros

**** Dívidas de terceiros***

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais

perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

*** Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no ativo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

*** Dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

*** Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

*** Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

e) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do *acrécimo*. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas

“Outras contas a receber e a pagar” ou *“Diferimentos”*.

f) Rédito

O rédito relativo à prestação de serviços, juros, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fíavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fíavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

g) Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas do período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação e os mensurados pelo justo valor pelas taxas à data da fixação desse valor.

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados como *“Juros e rendimentos similares obtidos”*, enquanto as negativas são reveladas na rubrica *“Juros e gastos similares suportados”*. As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas *“Outros rendimentos e ganhos”* e *“Outros gastos e perdas”*, nos casos de serem positivas e negativas, respetivamente.

h) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “CIRC”, a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, as taxas variam entre 5% e 70% e, incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica “Imposto sobre o rendimento do período”. No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159 / 2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por

impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

i) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

j) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”*), quando materialmente relevantes, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas revelantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica *“Caixa e seus equivalentes”* os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes,

pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4 - Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

| Meios Financeiros Líquidos | 2021 | 2020 |
|--|--------------------|-----------------|
| Caixa | 371,28 € | 749,81 € |
| Depósitos à ordem | 51.955,57 € | - € |
| Total caixa e depósitos bancários | 52.326,85 € | 749,81 € |

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

i) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

| Ativos fixos tangíveis | 2020 | | | | | Total |
|----------------------------------|--------------------------------|----------------------|----------------------------|-------------------------------|--|-----------------------|
| | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Investimentos em curso em Propriedade Alheia | |
| Quantia escriturada bruta | | | | | | |
| Saldo Inicial | 67.229,07 € | 64.861,04 € | 30.264,38 € | 20.273,47 € | 62.192,75 € | 244.820,71 € |
| Adições | 3.240,51 € | 1.042,50 € | 770,00 € | 4.010,81 € | - € | 9.063,82 € |
| Alienações | - | 2.275,50 € | - | - | - | 2.275,50 € |
| Saldo Final | 70.469,58 € | 63.628,04 € | 31.034,38 € | 24.284,28 € | 62.192,75 € | 251.609,03 € |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Saldo Inicial | - 46.104,84 € | - 52.913,97 € | - 27.545,70 € | - 14.159,23 € | - € | - 140.723,74 € |
| Adições | - 4.983,54 € | - 3.205,77 € | - 1.158,98 € | - 2.847,68 € | - € | - 12.195,97 € |
| Alienações | - | 834,35 € | - | - | - | 834,35 € |
| Saldo Final | - 51.088,38 € | - 55.285,39 € | - 28.704,68 € | - 17.006,91 € | - € | - 152.085,36 € |
| Quantia escriturada | 19.381,20 € | 8.342,65 € | 2.329,70 € | 7.277,37 € | 62.192,75 € | 99.523,67 € |

2021

| Ativos fixos tangíveis | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Investimentos em curso em Propriedade Alheia | Total |
|----------------------------------|--------------------------------|----------------------|----------------------------|-------------------------------|--|-----------------------|
| Quantia escriturada bruta | | | | | | |
| Saldo Inicial | 70.469,58 € | 63.628,04 € | 31.034,38 € | 24.284,28 € | 62.192,75 € | 251.609,03 € |
| Adições | 5.233,65 € | | 831,74 € | | | 6.065,39 € |
| Alienações | | | | | | - € |
| Saldo Final | 75.703,23 € | 63.628,04 € | 31.866,12 € | 24.284,28 € | 62.192,75 € | 257.674,42 € |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Saldo Inicial | - 51.088,38 € | - 55.285,39 € | - 28.704,68 € | - 17.006,91 € | - € | - 152.085,36 € |
| Adições | - 3.367,85 € | - 2.960,80 € | - 890,53 € | - 1.583,06 € | - € | - 8.802,24 € |
| Alienações | | | | | | - € |
| Saldo Final | - 54.456,23 € | - 58.246,19 € | - 29.595,21 € | - 18.589,97 € | - € | - 160.887,60 € |
| Quantia escriturada | 21.247,00 € | 5.381,85 € | 2.270,91 € | 5.694,31 € | 62.192,75 € | 96.786,82 € |

5.1.1 Depreciações, reconhecidas nos resultados durante o período:

| Depreciações do período | 2021 | 2020 |
|--------------------------------|-------------------|--------------------|
| Edifícios e outras construções | 3.367,85 € | 4.983,54 € |
| Equipamento básico | 2.960,80 € | 3.205,77 € |
| Equipamento administrativo | 890,53 € | 1.158,98 € |
| Outros ativos fixos tangíveis | 1.583,06 € | 2.847,68 € |
| Total | 8.802,24 € | 12.195,97 € |

5.1.2 Depreciação acumulada no final do período:

| Depreciações acumuladas | 2021 | 2020 |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|
| Edifícios e outras construções | 54.456,23 € | 51.088,38 € |
| Equipamento básico | 58.246,19 € | 55.285,39 € |
| Equipamento administrativo | 29.595,21 € | 28.704,68 € |
| Outros ativos fixos tangíveis | 18.589,97 € | 17.006,91 € |
| Total | 160.887,60 € | 152.085,36 € |

5.2 Investimentos em Curso:

| Investimentos em curso | 2021 | 2020 | Total |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| Quantia escriturada bruta | | | |
| Saldo Inicial | 62.192,75 € | 62.192,75 € | 62.192,75 € |
| Adições: | | | |
| Obras no Lote C21 Parque Industrial Alagoa | - € | - € | - € |
| Saldo Final | 62.192,75 € | 62.192,75 € | 62.192,75 € |

6 - Investimentos financeiros

Esta rubrica inclui as entregas mensais efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho que são reconhecidas como um ativo financeiro da entidade.

| Fundos de Compensação | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Quantia escriturada bruta | | |
| Saldo Inicial | 1.118,72 € | 747,49 € |
| Adições: | 440,44 € | 371,23 € |
| Reembolsos: | - € | - € |
| Saldo Final | 1.559,16 € | 1.118,72 € |

7 - Inventários

7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

| Inventários | 2021 | 2020 |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| Mercadorias | 1.771,06 € | 1.783,79 € |
| Museu do Moinho | 794,74 | 616,85 |
| Posto de Turismo | 567,87 | 700,24 |
| Mosteiro de Lorvão | 408,45 | 466,70 |
| Matérias Primas | 1.446,65 € | 857,79 € |
| PIE_Cantina | 1.446,64 | 857,79 |
| Total | 3.217,71 € | 2.641,58 € |

7.2 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

| CMVMC | 2021 | | | 2020 | | |
|------------------------|-----------------|-------------------|-------------------|-----------------|-------------------|-------------------|
| | Mercadorias | Matérias Primas | Total | Mercadorias | Matérias Primas | Total |
| Saldo inicial | 1.783,79 € | 857,79 € | 2.641,58 € | 868,05 € | 1.179,02 € | 2.047,07 € |
| Regularizações | 286,28 € | 16,94 € | 269,34 € | - € | 113,65 € | 113,65 € |
| Compras | 343,18 € | 5.380,58 € | 5.723,76 € | 1.113,03 € | 4.278,41 € | 5.391,44 € |
| Saldo final | 1.771,06 € | 1.446,65 € | 3.217,71 € | 1.783,79 € | 857,79 € | 2.641,58 € |
| Custo de vendas | 642,19 € | 4.774,78 € | 5.416,97 € | 197,29 € | 4.485,99 € | 4.683,28 € |

8 - Réditos

8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Prestação de Serviços** - são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com um grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- b) **Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

| Réditos | 2021 | 2020 |
|--|---------------------|---------------------|
| Vendas de Mercadorias | 928,03 € | 382,53 € |
| Museu do Moinho | 489,15 € | 220,50 € |
| Posto de Turismo | 386,22 € | 126,46 € |
| Mosteiro de Lorvão | 52,66 € | 35,57 € |
| Prestações de serviços | 128.631,69 € | 117.326,08 € |
| Rendas | 90.725,78 € | 84.064,02 € |
| Rendas Parq. Industrial Espinheira: | 55.702,50 € | 50.420,00 € |
| - Pavilhões | 48.300,00 € | 43.140,00 € |
| - Bloco Administrativo | 7.402,50 € | 5.480,00 € |
| - Cozinha de Formação | - € | 1.800,00 € |
| Rendas Lojas Parq. Estacionamento | 13.040,71 € | 12.834,86 € |
| Outras Rendas: | 21.982,57 € | 20.809,16 € |
| - Bar Reconquinho | 4.854,99 € | 4.995,72 € |
| - Bar 21 | 4.517,62 € | 4.502,10 € |
| - Bar Portela de Oliveira | 450,00 € | 600,00 € |
| - Parque de Campismo | 2.499,96 € | 1.874,97 € |
| - Café Turismo | 6.960,00 € | 5.790,02 € |
| - Restaurante Piscinas | 1.800,00 € | - € |
| - Restaurante Panorâmico | 900,00 € | 3.046,35 € |
| Outros Serviços | 37.905,91 € | 33.262,06 € |
| Cantina - Parque Industrial Espinheira | 12.534,18 € | 10.303,80 € |
| Parcómetros | 134,38 € | 916,70 € |
| Parque de Estacionamento: | 11.166,30 € | 10.236,88 € |
| - Avenças | 8.073,12 € | 6.938,97 € |
| - Estacionamento | 3.093,18 € | 3.297,91 € |
| Entradas no Museu do Moinho | 1.517,51 € | 1.051,81 € |
| Entradas no Mosteiro de Lorvão | 6.709,11 € | 5.279,57 € |
| Estadias P. Campismo | 857,04 € | 857,04 € |
| Rotas de Penacova | 426,80 € | 47,15 € |
| Outros | 4.560,59 € | 4.569,11 € |
| Total | 129.559,72 € | 117.708,61 € |

Notas:

Venda de mercadorias - Apesar de se registar um aumento nesta rubrica face a 2020, ainda não foram atingidos os valores de 2019, principalmente no Museu do Moinho, fruto ainda da pandemia covid-19.

Rendas dos Pavilhões/Bloco Administrativo - Em relação a 2020 houve um aumento destas rendas devido a todos os pavilhões estarem ocupados e também mais duas salas arrendadas.

Rendas das Lojas P. Estacionamento e de Outras rendas - Verifica-se em 2021 um ligeiro aumento em relação a 2020.

Também em 2021 a Administração cessante desta entidade decidiu, dentro de determinados requisitos, conceder novamente um apoio às empresas através de um desconto nas rendas. O valor concedido por estabelecimento foi o seguinte:

| Apoios concedidos | 2021 | 2020 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Bar Reconquinho | 424,36 € | 204,28 € |
| Parque de Campismo | | 624,99 € |
| Café Turismo | | 1.139,98 € |
| Restaurante Panorâmico | | 553,65 € |
| Bar 21 | 805,70 € | - € |
| Rendas Lojas Parq. Estacionamento: | 1.359,29 € | 1.442,94 € |
| Loja D | 755,95 € | 1.065,05 € |
| Loja A | 310,24 € | 377,89 € |
| Loja B | 20,40 € | - € |
| Loja C | 272,70 € | - € |
| TOTAL | 2.589,35 € | 3.965,84 € |

Outros serviços – A cantina, o parque de estacionamento, as entradas no Museu do Moinho, Mosteiro de Lorvão e as visitas incluídas nas Rotas de Penacova, são serviços que apesar de registarem um aumento em relação a 2020 ainda não atingiram os valores de 2019, devido à pandemia e consequentes restrições desta que se verificaram ainda em 2021.

9 - Contabilização dos subsídios do Estado e Outros Entes Públicos e divulgação de apoios do Estado

9.1 Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “*Subsídios à exploração*” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento.

| Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos | 2021 | 2020 |
|--|--------------------|--------------------|
| Subsídios à exploração | | |
| MUNICÍPIO DE PENACOVA: | 68 561,19 € | 81 221,73 € |
| Contrato Programa | 68 561,19 € | 55 231,58 € |
| Museu do Moinho/Posto de Turismo | 50 772,40 € | 41 256,74 € |
| Mosteiro de Lorvão | 17 788,79 € | 13 974,84 € |
| Cobertura de Prejuízo | - € | 25 990,15 € |
| IEFP | 1 910,95 € | 3 789,78 € |
| Estágio Profissional | 1 910,95 € | 3 789,78 € |
| Total Ativo | 70 472,14 € | 85 011,51 € |

10 - Acontecimentos após a data do balanço

10.1 Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras do exercício de 2021 foram aprovadas pela Administração no dia 6 de abril de 2022.

10.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

10.3 Eventos subsequentes à data do balanço

A economia e as empresas a nível mundial enfrentam desafios inesperados em resultado da rápida disseminação do Coronavírus (COVID-19). Esta pandemia teve e continuará a ter um forte impacto na economia global e nos mercados financeiros em geral, assim como no desempenho e na atividade dos diferentes negócios e indústrias.

A PENAPARQUE 2, E. M., continua a acompanhar em permanência a evolução da pandemia do Coronavírus através dos respetivos órgãos próprios.

Procurando minimizar os riscos associados ao surto e, na sequência das recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Grupo implementou Planos de Contingência com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores e comunidade em geral, bem como assegurar a continuidade das operações. Destas medidas implementadas a Penaparque em 2021 teve um gasto no valor total de 295,69€, com a aquisição de gel desinfetante, máscaras e outros materiais e utensílios de proteção, para os vários locais de trabalho.

Para 2022 esta entidade continua com algumas reservas em relação ao impacto que possa continuar a sentir na atividade por causa do COVID-19, pois em 2021, além de ser atingida diretamente, também por se tratar de uma entidade Pública, decidiu a sua administração que deveria continuar apoiar, apesar de forma limitada, os seus clientes, mediante uma redução dos valores das rendas nos períodos em que estiveram encerrados.

A redução das rendas concedida em 2021 foi de 2.589,35€.

Também como já exposto atrás a Penaparque, apesar de um ligeiro aumento em relação a 2020, continuou a não atingir os valores de faturação alcançados antes desta pandemia, sobretudo na venda de mercadorias, nos serviços da Cantina, nas entradas no Museu do Moinho e Mosteiro de Lorvão e no Parque de Estacionamento. Situação que se poderá repetir em 2022 devido ao contexto de incerteza que se vive e consequentemente à crise económica provocada.

11 - Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo, menos perdas por imparidades acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, quer os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado de operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de riscos de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimos em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como os contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

11.2 Deliberação dos resultados do ano de 2020

A deliberação da aprovação de contas de 2020 ocorreu a 25 de maio de 2021, tendo esta entidade apresentado um Resultado Líquido Nulo, conforme a ata número 286.

11.3 Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2021, a entidade detinha um capital próprio de acordo com o mapa abaixo.

| Capital Próprio | 2021 | 2020 |
|------------------------------|---------------------|---------------------|
| Capital realizado | 50.000,00 € | 50.000,00 € |
| Reservas Legais | 10.282,94 € | 10.282,94 € |
| Outras Reservas | 78.376,03 € | 78.376,03 € |
| Resultados Transitados | -25.847,96 € | -25.847,96 € |
| Resultado Líquido do Período | 19.502,52 € | 0,00 € |
| Total | 132.313,53 € | 112.811,01 € |

12 - Outras informações

12.1 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

| EOEP | 2021 | 2020 |
|--|------------|-------------------|
| Imposto s/ o rendimento das pessoas coletivas: | | |
| IRC_Imposto a recuperar | - € | 2.643,00 € |
| Pagamentos por conta | - € | 2.643,00 € |
| Imposto estimado | - € | - € |
| Imposto sobre o valor acrescentado | - € | 497,49 € |
| Total Ativo | - € | 3.140,49 € |

| EOEP | 2021 | 2020 |
|--|--------------------|-------------------|
| Imposto s/ o rendimento das pessoas singulares | 490,00 € | 1.252,10 € |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 1.647,75 € | 460,60 € |
| Contribuições para a segurança social | 3.101,95 € | 3.496,60 € |
| Imposto s/ o rendimento das pessoas coletivas: | | |
| Imposto estimado | 4.706,54 € | 0,00 € |
| Outros Impostos | 57,10 € | 34,54 € |
| Total Passivo | 10.003,34 € | 5.243,84 € |

12.2 Clientes, outras contas a receber e diferimentos

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados como “Imparidades de

dividas a receber”.

| Cientes_Perdas p/Imparidades | 2021 |
|------------------------------|------------------|
| Saldo a 1 de Janeiro | 55.096,26 |
| Aumento | 0,00 |
| Reversão | -3.200,00 |
| Regularizações | 0,00 |
| | 51.896,26 |

12.2.1 Quantia de clientes registada em “clientes conta corrente”, “clientes cobrança duvidosa” e “clientes perdas por imparidade”

| Cientes | 2021 | 2020 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Cientes | | |
| Cientes conta corrente | 22.417,86 | 29.791,92 |
| Cientes adiantamento | 0,00 | 675,05 |
| Cientes de cobrança duvidosa | 51.896,26 | 55.096,26 |
| Saldo inicial | 55.096,26 | 56.296,26 |
| Reversões | 3.200,00 | 1.200,00 |
| Perdas por imparidade acumuladas | 51.896,26 | 55.096,26 |
| Saldo inicial | 55.096,26 | 56.296,26 |
| Reversões | 3.200,00 | 1.200,00 |
| Total | 22.417,86 | 29.791,92 |

12.2.2 Registo de outras contas a receber e diferimentos

| Outras contas a receber e Diferimentos | 2021 | 2020 |
|--|-------------------|--------------------|
| Outras contas a receber | - € | 28.074,53 € |
| Diferimentos | 3.375,61 € | 3.233,66 € |
| Total | 3.375,61 € | 31.308,19 € |

12.3 Fornecedores, Financiamentos, Adiantamento de clientes e outras contas a pagar

| Fornecedores e Financiamentos | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|-------------------|--------------------|
| Fornecedores | 7.452,70 € | 12.789,17 € |
| Financiamentos obtidos | | |
| - Corrente | - € | 2.881,01 € |
| Total | 7.452,70 € | 15.670,18 € |

| Outras contas a pagar e Diferimentos | 2021 | 2020 |
|---|--------------------|--------------------|
| Outras contas a pagar: | 21.426,33 € | 25.401,98 € |
| Pessoal | - € | 149,03 € |
| Credores por acréscimos de gastos | 21.426,33 € | 23.106,03 € |
| Outros | - € | - € |
| SNS | - € | 2.146,92 € |
| Diferimentos | 8.488,11 € | 8.472,32 € |
| Total | 29.914,44 € | 33.874,30 € |

12.4 Juros suportados

| Gastos e Perdas de Financiamento | 2021 | 2020 |
|--|-----------------|----------------|
| Juros Suportados de Financiamentos Obtidos | 271,64 € | 4,73 € |
| Juros de Mora e Compensatórios | 0,00 € | 52,37 € |
| Total | 271,64 € | 57,10 € |

12.5 Outros rendimentos e ganhos

| Outros rendimentos e ganhos | 2021 | 2020 |
|--|-------------------|-----------------|
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 0,00 € | 6,36 € |
| Rendimentos e Ganhos em ativos não financeiros | 0,00 € | 158,85 € |
| Outros | 1.848,59 € | 51,72 € |
| Correcções relativas a períodos anteriores | 1.828,49 € | 24,04 € |
| Outros Rend. Extraordinários | 20,10 € | 27,68 € |
| Total | 1.848,59 € | 216,93 € |

Nota: Na rubrica “Correcções relativas a períodos anteriores”, está englobado o valor de 1.023,78€ que se referia a uma dívida em mora à EDP e, que segundo informação do próprio fornecedor já havia sido considerada incobrável por eles em anos anteriores, sendo então efetuado em 2021 esta correção na Penaparque.

12.6 Fornecimento e Serviços Externos

| FSE | 2021 | 2020 |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Serviços especializados: | 10.822,22 € | 28.807,13 € |
| Trabalhos Especializados | 7.663,53 € | 8.945,20 € |
| Publicidade e Propaganda | 41,40 € | 138,68 € |
| Honorarios | | 5.564,46 € |
| Conservação e Reparação | 2.584,73 € | 13.862,69 € |
| Serviços Bancários | 532,56 € | 296,10 € |
| Materiais: | 1.667,81 € | 2.936,78 € |
| Ferramentas e Utensílios | 370,97 € | 949,65 € |
| Livros e Documentação Técnica | | 40,16 € |
| Material de escritorio | 1.296,84 € | 624,62 € |
| Artigos para oferta | | 38,50 € |
| Outros materiais | | 1.283,85 € |
| Energia e fluídos: | 5.189,39 € | 5.149,85 € |
| Eletricidade | 3.997,16 € | 4.514,78 € |
| Água | 573,86 € | 24,79 € |
| Outros | 618,37 € | 610,28 € |
| Deslocações, estadas e transportes | - € | 171,95 € |
| Serviços diversos: | 4.288,41 € | 5.787,51 € |
| Comunicações | 1.799,80 € | 2.153,63 € |
| Seguros | 1.348,17 € | 1.360,45 € |
| Contencioso e Notariado | 255,00 € | 80,00 € |
| Limpeza. Higiene e conforto | 885,44 € | 2.193,43 € |
| Total | 21.967,83 € | 42.853,22 € |

12.7 Outros gastos e perdas

| Outros gastos e perdas | 2021 | 2020 |
|--|-----------------|-----------------|
| Impostos | 139,23 € | 631,68 € |
| Perdas em Inventarios | 68,15 € | 139,63 € |
| Outros: | 12,83 € | 1,15 € |
| Correcções relativas a períodos anteriores | 0,00 € | 0,00 € |
| Outros | 12,83 € | 1,15 € |
| Total | 220,21 € | 772,46 € |

12.8 Gastos com Pessoal

| Gastos com pessoal | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais: | 18.198,13 | 26.463,49 |
| Vencimento, Sub. Ferias, Sub. Natal | 17.597,11 | 25.471,33 |
| Sub. alimentação | 601,02 | 992,16 |
| Ajudas de Custo_km's em viat. propria | 0,00 | 0,00 |
| Remunerações do pessoal: | 93.673,87 | 84.417,02 |
| Vencimento, Sub. Ferias, Sub. Natal | 85.900,13 | 77.144,54 |
| Sub. alimentação | 7.670,16 | 7.242,14 |
| Horas Extra | 67,60 | |
| Fundos de compensação | 35,98 | 30,34 |
| Programas IIEFP_Estagio profissional | 2.127,39 | 3.008,97 |
| Bolsa | 1.692,53 | 2.281,80 |
| Sub. alimentação | 290,97 | 400,68 |
| Sub. transporte | 76,79 | 263,28 |
| Seg. Acid. Trab. | 67,10 | 63,21 |
| Encargos sobre remunerações: | 25.017,08 | 25.130,34 |
| Órgãos sociais | 3.024,70 | 5.977,38 |
| Pessoal | 21.992,38 | 19.152,96 |
| Seguros de Acidentes de Trabalho: | 1.524,56 | 1.426,21 |
| Órgãos sociais e Pessoal | 1.524,56 | 1.426,21 |
| Outros gastos com pessoal | 3.651,47 | 3.128,99 |
| Total | 144.192,50 € | 143.575,02 € |



Espinheira, 6 e abril de 2022

O Técnico Oficial de Contas:

A Administração:

BALANÇO (modelo geral)

EUR

Fator:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1

| RUBRICAS | NOTAS | DATAS | | | |
|--|-------|------------|---------|------------|---------|
| | | 31 DEZ | EX 2021 | 31 DEZ | EX 2020 |
| ATIVO | | | | | |
| Ativo não corrente | | | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 5 | 96 786,82 | | 99 523,67 | |
| Outros investimentos financeiros | 6 | 1 559,16 | | 1 118,72 | |
| | | 98 345,98 | | 100 642,39 | |
| Ativo corrente | | | | | |
| Inventários | 7 | 3 217,71 | | 2 641,58 | |
| Clientes | 12 | 22 417,86 | | 29 791,92 | |
| Estado e outros entes públicos | 12 | 0,00 | | 3 140,49 | |
| Outros créditos a receber | 12 | 0,00 | | 28 074,53 | |
| Diferimentos | 12 | 3 375,61 | | 3 233,66 | |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 52 326,85 | | 749,81 | |
| | | 81 338,03 | | 67 631,99 | |
| Total do ativo | | 179 684,01 | | 168 274,38 | |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | | | |
| Capital próprio | | | | | |
| Capital subscrito | 11 | 50 000,00 | | 50 000,00 | |
| Reservas legais | 11 | 10 282,94 | | 10 282,94 | |
| Outras reservas | 11 | 78 376,03 | | 78 376,03 | |
| Resultados transitados | 11 | -25 847,96 | | -25 847,96 | |
| Resultado líquido do período | 11 | 19 502,52 | | 0,00 | |
| Interesses que não controlam | | 0,00 | | 0,00 | |
| Total do capital próprio | | 132 313,53 | | 112 811,01 | |
| Passivo | | | | | |
| Passivo não corrente | | | | | |
| | | 0,00 | | 0,00 | |
| Passivo corrente | | | | | |
| Fornecedores | 12 | 7 452,70 | | 12 789,17 | |
| Adiantamento de clientes | 12 | 0,00 | | 675,05 | |
| Estado e outros entes públicos | 12 | 10 003,34 | | 5 243,84 | |
| Financiamentos obtidos | 12 | 0,00 | | 2 881,01 | |
| Outras dívidas a pagar | 12 | 21 426,33 | | 25 401,98 | |
| Diferimentos | 12 | 8 488,11 | | 8 472,32 | |
| | | 47 370,48 | | 55 463,37 | |
| Total do passivo | | 47 370,48 | | 55 463,37 | |
| Total do capital próprio e do passivo | | 179 684,01 | | 168 274,38 | |

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1

| RUBRICAS | NOTAS | PERÍODOS | |
|--|-------|------------|------------|
| | | EX 2021 | EX 2020 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| <i>Recebimentos de clientes</i> | 12 | 149 190,85 | 132 741,64 |
| <i>Pagamentos a fornecedores</i> | 12 | -39 900,71 | -45 285,45 |
| <i>Pagamento a pessoal</i> | 12 | -94 889,29 | -91 162,60 |
| Caixa gerada pelas operações | | 14 400,85 | -3 706,41 |
| <i>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</i> | 12 | -6 576,92 | -10 911,50 |
| <i>Outros recebimentos/pagamentos</i> | 12 | 49 089,40 | 9 990,48 |
| Fluxos de caixa atividades operacionais (1) | | 56 913,33 | -4 627,43 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Pagamento respeitantes a: | | | |
| <i>Ativos fixos tangíveis</i> | 5 | -2 183,64 | -9 874,85 |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| <i>Ativos fixos tangíveis</i> | 5 | 0,00 | 1 968,00 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento(2) | | -2 183,64 | -7 906,85 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| <i>Financiamento obtidos</i> | 12 | 0,00 | 2 881,01 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| <i>Financiamento obtidos</i> | 12 | -2 881,01 | 0,00 |
| <i>Juros e gastos similares</i> | 12 | -271,64 | 0,00 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | | -3 152,65 | 2 881,01 |
| Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3) | | 51 577,04 | -9 653,27 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | 0,00 | 0,00 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 4 | 749,81 | 10 403,08 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | 52 326,85 | 749,81 |

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1 (2020)

| DESCRIÇÃO | Notas | Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe | | | | | | | | | | | Interesses que não controlam | Total do Capital Próprio | | |
|---|-------|--|-------------------------|--|--------------------|-----------------|-----------------|------------------------|-----------------------------|---|------------------------------|------------|------------------------------|--------------------------|------------|------------|
| | | Capital Subscrito | Ações (quotas) próprias | Outros Instrumentos de capital próprio | Prêmios de emissão | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | Excedentes de revalorização | Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total | | | | |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1 | 1 | 11 | 50 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8 718,49 | 64 295,99 | -25 847,96 | 0,00 | 0,00 | 15 644,49 | 112 811,01 | 0,00 | 112 811,01 | |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | 11 | | | 0,00 | | 1 564,45 | 14 080,04 | 0,00 | | 0,00 | -15 644,49 | 0,00 | | 0,00 | |
| | | 2 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 564,45 | 14 080,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -15 644,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | | 3 | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | |
| RESULTADO INTEGRAL | | 4=2+3 | | | | | | | | | | -15 644,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras operações | | | | 0,00 | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 | |
| | | 5 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1 | | 6=1+2+3+5 | 11 | 50 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10 282,94 | 78 376,03 | -25 847,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 112 811,01 | 0,00 | 112 811,01 |

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N (2021)

1

| DESCRIÇÃO | Notas | Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe | | | | | | | | | | | Interesses que não controlam | Total do Capital Próprio |
|---|----------|--|-------------------------|--|--------------------|-----------------|-----------------|------------------------|-----------------------------|---|------------------------------|------------|------------------------------|--------------------------|
| | | Capital Subscrito | Ações (quotas) próprias | Outros Instrumentos de capital próprio | Prémios de emissão | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | Excedentes de revalorização | Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio | Resultado líquido do período | Total | | |
| POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO | 6 | 50 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10 282,94 | 78 376,03 | -25 847,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 112 811,01 | 0,00 | 112 811,01 |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO N | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 7 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 8 | | | | | | | | | | 19 502,52 | 19 502,52 | | 19 502,52 |
| RESULTADO INTEGRAL | 9=7+8 | | | | | | | | | | 19 502,52 | 19 502,52 | 0,00 | 19 502,52 |
| OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras operações | | | 0,00 | | | | | | | | | | 0,00 | 0,00 |
| | 10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N | 6+7+8+10 | 50 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10 282,94 | 78 376,03 | -25 847,96 | 0,00 | 0,00 | 19 502,52 | 132 313,53 | 0,00 | 132 313,53 |

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário - 2021

A. Objetivos e Missão

A PENAPARQUE2 E.M. tem como missão a gestão e promoção de equipamentos municipais, tal como está na sua designação oficial. O principal objetivo é promover Penacova através das suas áreas de atuação, quer seja através de captação de empresas para os seus espaços de acolhimento, quer seja através da promoção de diversos equipamentos em tão diversas áreas que vai da hotelaria até ao estacionamento.

B. Estrutura Acionista

A PENAPARQUE2 E.M., enquanto Entidade que pertence ao Setor Público Empresarial Local, tem um Capital Social de 50.000,00 €, integralmente subscrito pelo Município de Penacova.

C. Participações Sociais

A PENAPARQUE2 E.M. não detém nem participações sociais nem obrigações de outras entidades.

D. Prestação de Garantias Financeiras

Não existem.

E. Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento é apresentado anualmente pelo Órgão de Gestão, o Conselho de Administração, ao órgão executivo da Câmara Municipal de Penacova, que delibera a sua aprovação ou não.

F. Documentos Anuais de Prestação de Contas

Os documentos anuais de prestação de contas incluem o Relatório de Gestão, os Anexos das Demonstrações Financeiras, Demonstração de Resultados e Balanço, o parecer do Revisor Oficial de Contas e a Ata de Aprovação de Contas. Todos estes documentos são preparados pelo Conselho de Administração e aprovados ou não pelo Executivo da Câmara Municipal de Penacova.

G. Órgãos Sociais

De acordo com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto de 2012, os órgãos da PENAPARQUE2 E.M. são os seguintes:

- O Conselho de Administração;
- O Fiscal Único;

- A Assembleia Geral.

1. Conselho de Administração

A PENAPARQUE2 E.M. tem como órgão de administração um conselho de administração, com um elemento remunerado (número 3, art.º 25.º do Decreto-Lei 50/2012, de 31 de Agosto de 2012), a quem cabe garantir o cumprimento dos objetivos base, delinear a estratégia adequada à empresa, bem como exercer a totalidade dos poderes de gestão da entidade, sendo assim o único órgão com funções de gestão no seu seio.

Em 2021 o mandato do Conselho de Administração foi terminado com a eleição de novos órgãos executivos da entidade pública participante (Município de Penacova), e um novo mandato teve o seu início a 04 de novembro de 2021 com a tomada de posse dos mesmos elementos, por força da deliberação da Assembleia Geral.

A composição do conselho de administração é a seguinte:

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Designação | | N.º Mandatos Exercidos na Entidade |
|-----------------------------|------------|-------------------------------------|------------------|------------|------------------------------------|
| | | | Ata Tomada Posse | Data | |
| 04-11-2021 a 2025 | Presidente | Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra | 3 da AG | 08/11/2021 | 1 |
| | | | | | |
| 04-11-2021 a 2025 | Membro | Magda Alexandra Maia Rodrigues | 3 da AG | 08/11/2021 | 1 |
| | | | | | |
| 04-11-2021 a 2025 | Membro | Tiago José Barbosa Antunes | 3 da AG | 08/11/2021 | 1 |
| | | | | | |

Os elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração, são os descritos de seguida:

Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra

Breve registo académico, profissional e cívico :

É Presidente da Câmara Municipal de Penacova desde outubro de 2021

Licenciado em Jornalismo pela Escola Superior de Jornalismo do Porto.

Foi Profissional de Comunicação desde 1989.

Passou pela Rádio Press e TSF e em 1995 ingressou na RDP Coimbra.

Exerceu funções de chefe de redação da delegação da rádio pública.

Fundou e foi diretor do “Jornal de Penacova” entre 1996 e 2007.

A partir de 2013 centrou a atividade na informação da RTP. Em Lisboa, foi coordenador de informação e pivô nos canais internacionais.

Venceu vários prémios de jornalismo, entre eles, do ACIDI – Alto Comissariado da Imigração e Diálogo Intercultural e o prémio de jornalismo do Comité Paralímpico de Portugal, com uma reportagem sobre o atleta penacovense, António Marques.

Em 2016, foi co-autor do livro “Contos Vividos”, obra dedicada ao pintor Martins da Costa.

De 2018 a 2021 foi Presidente da Direção da Casa do Povo de Penacova.

Magda Alexandra Maia Rodrigues

Breve registo académico, profissional e cívico :

É Vice-Presidente da Câmara Municipal de Penacova desde outubro de 2021.

Mestre em Ciências Jurídico-Forenses.

Pós-graduação em Direito das Empresas .

Pós-graduação em Administração e Políticas Públicas.

Foi Advogada até à tomada de posse como Vece Presidente da Câmara Municipal de Penacova.

Assistente convidada no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro .

Foi até outubro de 2021 Advogada Associada na Sociedade de Advogados Ferreira Ramos, Filomena Girão & Associados, RL, com sede em Coimbra.

Assistente convidada no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Coimbra (ISCAC), no Mestrado de Auditoria Empresarial e Pública.

Voluntária desde Novembro na Associação PROBONO – Portugal.

2014- 2017 - Membro da Assembleia Municipal de Penacova.

2017-2021 - Vereadora, sem pelouro atribuído, da Câmara Municipal de Penacova.

Vice-Presidente do Conselho Fiscal e cooperante da Cooperativa de Solidariedade Social Deliciosas Diferenças, CRL., com sede em Soure.

2018- Comissária da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penacova.

2020 - Presidente do Conselho Fiscal da Confraria da Lampreia de Penacova.

2019-2021 -Presidente da Assembleia Geral do Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Roxo, Concelho de Penacova.

Tiago José Barbosa Antunes

Breve registo académico, profissional e cívico :'

Sócio gerente da sociedade Trilhos Energéticos, Lda.

Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior de Tecnologia de Viseu.

Mestre em Engenharia do Ambiente – Especialização em Tecnologia e Gestão do Ambiente, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Foi técnico de gestão do ambiente em várias empresas.

Desde 2018 é Presidente da Direção do Grupo Desportivo de Telhado.

2.Fiscal Único

O órgão de fiscalização da PENAPARQUE 2 E.M. é o Fiscal Único nos termos dos números 2 e 5 do Artigo 25.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012. Foi deliberado na Assembleia Municipal do Município de Penacova (Órgão Deliberativo da PENAPARQUE2 E.M.) do dia 28 de Dezembro de 2013 que o Fiscal Único da empresa fosse a sociedade Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

2.1.Revisor Oficial de Contas

As funções de Revisor Oficial de Contas, nos termos dos Estatutos da PENAPARQUE2 E.M., são desempenhadas pelo Fiscal Único.

3.Assembleia Geral

A Assembleia Geral foi constituída em 08 de novembro de 2021, nomeada pelo Executivo do Município de Penacova a 4 de novembro de 2021, e tem como elemento único:

- **Carlos Manuel Santos Sousa** como elemento representante do Município de Penacova.

Este órgão já teve como atividade a nomeação do Conselho de Administração para novo (2021-2025) mandato a 08 de novembro de 2021

4. Remunerações

I. Competência para a Determinação

As remunerações dos órgãos sociais são fixadas pela Assembleia Geral, de acordo com o Artigo 26.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012.

Nenhum dos membros do Conselho de Administração é remunerado.

| Cargo | Nome | Vencimento | Subs. Alimentação | Ajudas - Deslocações em Viatura Própria | Senhas de Presença |
|------------|-------------------------------------|------------|-------------------|---|--------------------|
| Presidente | Álvaro Gil Ferreira Martins Coimbra | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Membro | Magda Alexandra Maia Rodrigues | 0,00€ | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Membro | Tiago José Barbosa Antunes | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |

II. Estrutura das Remunerações

Nos termos do número 2 do Artigo 30.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012, o valor das remunerações dos membros dos órgãos de gestão ou de administração das empresas locais é limitado ao valor da remuneração de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal respetiva. No caso da PENAPARQUE2 E.M., não foi deliberada qualquer remuneração para a administração, sendo que nenhum dos membros do Conselho de Administração exerce funções remuneradas.

III. Divulgação das Remunerações

A indicação do montante anual da remuneração auferida pelos membros do órgão de administração está mencionada no ponto A deste capítulo.

O montante anual de remuneração auferida pelo Fiscal Único é de 1.400,00 euros acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

H. Transparência

A PENAPARQUE2 E.M. efetua uma prestação contínua de informações sobre o seu desempenho ao seu acionista ao longo do ano, quer seja através de comunicações diretamente ao Executivo

Municipal, quer seja através do seu Presidente do Conselho de Administração que é simultaneamente Presidente da Câmara Municipal de Penacova.

Como a PENAPARQUE2 E.M. não se encontra classificada nos grupos A e B nos termos das Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 16/2012 de 14 de Fevereiro, e 18/2012 de 16 de Fevereiro, não está obrigada a submeter a informação financeira anual a uma auditoria externa.

I. Corrupção, Ética e Conduta

Não existem ocorrências nem riscos de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro.

O Conselho de Administração atua perante uma forte conduta de ética, e trata com equidade todos os seus fornecedores, clientes e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa.

J. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Não aplicável.

K. Responsabilidade Social

A PENAPARQUE2 E.M. tem adotado diversas medidas de contenção de despesa ao nível da eletricidade, o que contribui indiretamente para a diminuição das emissões de dióxido de carbono (tendo em conta a estrutura média de produção em Portugal por fontes de energia). A empresa tem também vindo a instalar painéis solares fotovoltaicos, para produção de energia elétrica, em regime de autoconsumo, nas suas instalações na Espinheira, e com isso não só tem diminuído a fatura mensal de eletricidade, como tem contribuído diretamente para a redução de emissões de CO2 através da produção de eletricidade por uma fonte limpa e renovável.

L. Recursos Humanos e Promoção de Igualdade

A motivação dos Recursos Humanos é uma atividade diária na gestão da PENAPARQUE2 E.M., existindo uma plena consciência por parte do Conselho de Administração que o seu maior ativo são os seus colaboradores, tratando-os com respeito e integridade. Tendo em conta a sua estrutura de recursos humanos, e as interações diárias, não existem quaisquer tipos de discriminação ou de desigualdade de oportunidade entre géneros. A empresa tem vindo a elaborar o seu Plano para a Igualdade, e deu o conhecimento do mesmo à Comissão de Igualdade de Género, conforme orientações da portaria. O Plano para a Igualdade está publicado no website do Município de Penacova, no separador da PENAPARQUE2 E.M..



M. Independência e Participações Patrimoniais

Os membros do Conselho de Administração não possuem qualquer tipo de relações com os fornecedores e clientes da PENAPARQUE2 E.M. ou com as Instituições Financeiras com que a empresa trabalha, que possam ser suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

N. Divulgação de Informação

A PENAPARQUE2 E.M. procede à divulgação de toda a informação atualizada, no site do Município de Penacova, no separador específico da PENAPARQUE2 E.M..



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. nº 176 * CMVM nº 20161478

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Sobre o conteúdo do relatório de boas práticas de governo societário referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Exma. Administração
Exmo. Detentor do Capital

O Fiscal Único verificou se o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário do **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, incluía os elementos informativos sobre a estrutura e as práticas de governo societário, referidos no Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, com as alterações posteriores.

Após aquela análise, o Fiscal Único atesta, conforme requerido no n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, com as alterações posteriores, que o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário mencionado no parágrafo anterior, inclui todos os elementos informativos acima referidos e exigíveis ao **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Coimbra, 06 abril de 2022

José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião .

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 179.684,01 euros e um total de capital próprio de 132.313,53 euros, incluindo um resultado líquido de 19.502,52 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. nº 176* CMVM nº 20161478

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 06 de abril de 2022


José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.